



Número: **1072606-86.2024.4.01.3400**

Classe: **AÇÃO POPULAR**

Órgão julgador: **14ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **13/09/2024**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Anulação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
IGOR OLIVA DE SOUZA (AUTOR)	IGOR OLIVA DE SOUZA (ADVOGADO)
UNIÃO FEDERAL (REU)	
FUNDAÇÃO CESGRANRIO (REU)	
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)	

Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
215139666 8	03/10/2024 17:04	Intimação	Intimação	Interno



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
14ª Vara Federal Cível da SJDF

MANDADO DE INTIMAÇÃO

PROCESSO: 1072606-86.2024.4.01.3400

CLASSE: AÇÃO POPULAR (66)

POLO ATIVO: IGOR OLIVA DE SOUZA

REPRESENTANTES POLO ATIVO: IGOR OLIVA DE SOUZA - DF60845

POLO PASSIVO: UNIÃO FEDERAL e outros

INTIMAÇÃO DE: UNIÃO FEDERAL,

Endereço: SAUS QD 3, Lt 5/6, Ed. Multi Brasil Corporate, Asa Sul, BRASÍLIA - DF - CEP: 70070-030

FINALIDADE: Intimar da decisão judicial, para ciência e cumprimento imediato:

"DECISÃO

Trata-se de ação popular ajuizada por **IGOR OLIVA DE SOUZA**, contra a **UNIÃO** e a **FUNDAÇÃO CESGRANRIO**, objetivando liminarmente:

"(...) que sejam suspensos imediatamente os efeitos do Bloco 4 do Concurso Nacional Unificado (CNU), até o julgamento final da presente ação, em especial antes da divulgação das notas, prevista para o dia 08/10/2024, conforme cronograma oficial, a fim de garantir a impessoalidade e igualdade de condições entre os candidatos;"

Aduz, em apertada síntese, que as provas do Concurso Nacional Unificado (CNU), realizadas pela banca examinadora Cesgranrio, em seu Bloco 4 – Trabalho e Saúde do Trabalhador, foram aplicadas no dia 18/08/2024 e divididas em dois turnos, da seguinte forma: pela manhã, prova objetiva e subjetiva de conhecimentos gerais e, no turno da tarde, prova objetiva de conhecimentos específicos.

Afirma, entretanto, que houve incidente de vazamento da prova na Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Jornalista Trajano Chacon, localizada na cidade de Recife.



Informa que os fiscais daquela localidade entregaram pela manhã as provas que deveriam ser aplicadas no período da tarde e vários candidatos chegaram a preencher os campos de identificação, foliar o caderno de provas e até a iniciar a resolução das questões.

Alega que tal fato viola os princípios da moralidade, isonomia e impessoalidade, bem como compromete a lisura do certame, na medida em que alguns candidatos tiveram acesso antecipado ao caderno de provas da tarde em detrimento de outros.

Juntou documentos e apresentou certidão de quitação eleitoral (ID 2147896866 – evento 10).

Instada, a União apresentou manifestação preliminar e juntou documentos (ID 2150575195 – evento 19).

O autor apresentou resposta às informações da União no ID 2150962605 (evento 28).

É o relatório. Decido.

Segundo a Constituição Federal, qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo à moralidade administrativa (CF, art. 5º, LXXIII).

Por sua vez, para a concessão da tutela de urgência exige-se a presença de prova inequívoca da verossimilhança da alegação, conjugada com o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (CPC art. 300).

Na espécie objetiva-se a concessão de liminar com vistas à suspensão dos efeitos da prova do Bloco 4 do CNU, em razão de vazamento da prova na cidade de Recife (Escola de Referência em Ensino Médio Jornalista Trajano Chacon), uma vez que o caderno de questões do turno da tarde teria sido entregue por equívoco no turno da manhã.

Em sua manifestação preliminar, a União confirma o equívoco, mas nega o vazamento do conteúdo, pois defende que os cadernos de questões teriam sido recolhidos antes da autorização para o início das provas. Vejamos:

*"Ao contrário do defendido pelo autor, não houve vazamento de prova, nem quebra de isonomia em benefício de alguns candidatos, uma vez que **não houve acesso às questões do caderno, mas apenas distribuição das provas de outro turno, fato imediatamente corrigido, antes mesmo da autorização para início da resolução de questões***

*Conforme informações do Ministério da Gestão e Inovação, em anexo, **o caderno de prova da tarde foi entregue por engano no período da manhã. Com isso, o envelope com os cadernos foi lacrado novamente e ficou sob guarda da fiscalização e do certificador externo do Ministério da Gestão e da Inovação. As provas, segundo o Ministério, permaneceram sob sigilo até a aplicação no turno da tarde.***

A troca das provas não foi capaz de afetar a aplicação, nem o sigilo das informações, não havendo, portanto, violação de direito coletivo a ser resguardado por meio de ação popular."

Contudo, o autor popular trouxe aos autos provas que contradizem as alegações da União, a



saber: e-mail de candidata que presenciou os fatos (ID 2147896833 – ev. 05), e áudio/telefonema de candidata à banca examinadora relatando o acesso à prova da tarde (ID 2147896843 – ev. 06).

No e-mail de denúncia, enviado às 12h51 (antes, portanto, da aplicação das provas da tarde), a candidata relatou já ter conhecimento do conteúdo de uma das questões. Vejamos:

*"(...) Diante do exposto, **registro que esse e-mail está sendo enviado às 12:44 e, como prova, eu já vi as questões da prova da tarde e, inclusive, a primeira delas é sobre Motivação.** Nesse sentido, o que garante que fotos da prova ou disponibilização a terceiros não irá ocorrer? A embalagem ficou aberta, à tarde não precisarei anotar meu nome na prova, pois já anotei pela manhã. Tão pouco o fiscal poderá mostrar a embalagem sem violação, pois essa já foi violada pela manhã. Nesse sentido, peço providências no sentido de que o princípio a garantia do presente certame seja garantida."*

Na mesma linha, na gravação do telefonema, entre os trinta e quarenta segundos, a candidata também diz saber que a primeira questão versa sobre "motivação".

Da análise do caderno de questões do turno da tarde (ID 2147896848 – ev. 07), verifica-se que, de fato, a primeira questão trata de motivação. Vejamos:

*"1. Em pesquisa para avaliar os fatores de **motivação** para novos funcionários do setor público, a maioria dos entrevistados fez relatos semelhantes aos dois depoimentos reproduzidos a seguir.*

"Estabilidade, a qualidade de vida e é claro o salário, simples assim". "Uma vida com mais qualidade de vida, mais estável, e segurança para família, fruto da estabilidade do meio público".

Considerando-se a hierarquia de necessidades de Maslow, a análise desses depoimentos demonstra que, para a maioria dos entrevistados, o principal fator motivacional para entrar em uma organização pública seria satisfazer o grupo das necessidades

(A) fisiológicas

(B) sociais

(C) de autorrealização

(D) de estima

(E) de segurança"

Sendo assim, em que pese a União alegar que o equívoco teria sido sanado a tempo de não causar prejuízo à lisura do certame, as provas dos autos indicam que os fatos não se limitaram à violação do malote com os cadernos de questões, mas avançaram para o vazamento do conteúdo das próprias questões, o que, ao tempo em que viola a isonomia entre os candidatos, contamina o prosseguimento do concurso com a pecha da imoralidade, exigindo-se, assim, a pronta atuação do Judiciário no caso concreto.



Neste sentido:

*AÇÃO POPULAR. CONCURSO PÚBLICO. IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO CERTAME VOLTADAS AO FAVORECIMENTO DE DETERMINADOS CANDIDATOS. VÍCIO COMPROVADOS. OFENSA À MORALIDADE ADMINISTRATIVA E LESIVIDADE POTENCIAL AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA. ANULAÇÃO DO CONCURSO. RECURSOS DESPROVIDOS. A ofensa à moralidade administrativa autoriza o exercício da ação popular. Sem embargo disso, a fraude em concurso público encerra lesividade potencial porque, ao comprometer o objetivo de selecionar as pessoas mais capacitadas para o serviço público, atenta contra o princípio constitucional da eficiência. **A quebra do tratamento isonômico, revelada pelo manifesto favorecimento a determinados candidatos, é motivo suficiente para a invalidação de concurso público.** (TJ-SC - AC: 20090333748 Rio do Oeste 2009.033374-8, Relator: Newton Janke, Data de Julgamento: 27/09/2011, Segunda Câmara de Direito Público)*

Ante o exposto, defiro a liminar para determinar a suspensão dos efeitos da prova do Bloco 4 do Concurso Nacional Unificado (CNU), devendo os réus absterem-se de divulgar as respectivas notas até o julgamento final da presente ação.

SECRETARIA:

I - Intimem-se as partes e o MPF, devendo a intimação das rés ocorrer **por mandado** para imediato cumprimento da presente decisão.

II - Citem-se os réus para, querendo, apresentar resposta no prazo legal.

III - Após, intime-se o autor popular para réplica.

IV - Por fim, ao MPF para parecer e, oportunamente, autos conclusos para julgamento.

Cumpra-se.

Brasília, 03 de outubro de 2024".

ORIENTAÇÕES:

- Os arts. 33 e 34 da Portaria Presi 8016281/2019 estabelecem:

Art. 33. O envio de informações em mandados de segurança será efetuado diretamente no PJe, pela própria autoridade impetrada, por meio do perfil Jus Postulandi e do uso de certificado digital, restrito ao tipo de documento "Informações prestadas", ou por meio da respectiva procuradoria ou advogado, via painel de usuário.

Art. 34. Os demais agentes públicos, mediante o uso de certificado digital, poderão utilizar o perfil Jus Postulandi do PJe como meio de entrega das informações ou comunicações de cumprimento de decisões judiciais.



- Em caso de dúvidas quanto à configuração do computador, sugere-se a instalação do navegador Google Chrome e do leitor PJe Office (<http://www.pje.jus.br/wiki/index.php/PJeOffice>). O acesso ao sistema PJe deve ser realizado mediante a utilização de **certificado digital próprio da autoridade impetrada ou agente público**. Após o acesso, deve-se observar se é exibida a opção de perfil "Jus Postulandi" no canto superior direito da tela. Caso não esteja disponível, a autoridade ou agente público deverá entrar em contato com o suporte csti@trf1.jus.br (61-3314-1620), solicitando a criação de seu perfil "Jus Postulandi" e indicando o respectivo número de CPF, RG/Órgão expedidor, data de expedição e Naturalidade-UF.
- Tamanho máximo para arquivos em PDF: 10MB (10240KB).
- Os documentos poderão ser acessados mediante as chaves de acesso informadas abaixo, no endereço do PJe: "https://pje1g.trf1.jus.br/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam".

CHAVES DE ACESSO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição inicial	Petição inicial	24091320003537600002127372945
Doc. 1 - OAB	Documento de Identificação	24091320003617300002127372948
Doc. 2 - Comprovante de Residencia	Comprovante de residência	24091320003644000002127372952
Doc. 3 - Edital de Abertura do Certame - Bloco 4 - CNU	Documento Comprobatório	24091320003663600002127372956
Doc. 4 - Email para Cesgranrio - Comprovacao Violacao das Provas	Documento Comprobatório	24091320003690100002127372960
Doc. 5 - Grava çã o - Telefonema - CESGRANRIO	Documento Comprobatório	24091320003711200002127372970
Doc. 6 - Caderno de Provas Bloco 4 - Turno da Tarde	Documento Comprobatório	24091320003753800002127372975
Doc. 7 - Notícia de Fato MPF	Documento Comprobatório	24091320003775200002127372978
Doc. 8 - Manifestacao Plataforma Fala.BR	Documento Comprobatório	24091320003799600002127372988
Doc. 9 - Certidao de Quitacao Eleitoral	Documento Comprobatório	24091320003820900002127372992
Doc. 10 - cdep - edital -04- comunicado - reaplicacao - consultor	Documento Comprobatório	24091320003838100002127372997
Informação de Prevenção	Informação de Prevenção	24091609434885300002127458407
Despacho	Despacho	24091615370734400002127594500
Certidão de Intimação	Certidão de Intimação	24091615370842500002127608507
P_PETIÇÃO (OUTRAS)_1627034739 EM 16/09/2024 18:54:45	Petição intercorrente	24091618544934100002127664917
Intimação	Intimação	24091706593719800002127698240
Certidão de Oficial de Justiça	Certidão de Oficial de Justiça	24092707352166300002129579869



1072606-86-UNIÃO FEDERAL	Documento Comprobatório	24092707352186900002129579894
P_CONTESTAÇÃO_1638550790 EM 30/09/2024 13:46:43	Contestação	24093013465353300002129977449
A_RELATÓRIO_1702929814 EM 30/09/2024 13:46:44	Petição intercorrente	24093013465371100002129977450
A_RELATÓRIO_1702931648 EM 30/09/2024 13:46:45	Petição intercorrente	24093013465393200002129977452
A_RELATÓRIO_1702929855 EM 30/09/2024 13:46:47	Petição intercorrente	24093013465413600002129977454
A_RELATÓRIO_1702931686 EM 30/09/2024 13:46:48	Petição intercorrente	24093013465429300002129977456
A_RELATÓRIO_1702929889 EM 30/09/2024 13:46:48	Petição intercorrente	24093013465440000002129977457
A_RELATÓRIO_1702931718 EM 30/09/2024 13:46:49	Petição intercorrente	24093013465491100002129977460
A_RELATÓRIO_1702931728 EM 30/09/2024 13:46:50	Petição intercorrente	24093013465532200002129977462
A_RELATÓRIO_1702929965 EM 30/09/2024 13:46:51	Petição intercorrente	24093013465547900002129977464
Resposta	Resposta	24100120485084100002130354029
Decisão	Decisão	24100316460873900002130559767
Certidão de Intimação	Certidão de Intimação	24100316460977700002130769000

SEDE DO JUÍZO: 14ª Vara Federal Cível da SJDF

SAS Quadra 4, Bloco D, Lote 7, Justiça Federal - Sede II, Asa Sul, BRASÍLIA - DF - CEP: 70092-900

Expedi este mandado por ordem deste Juízo Federal.

BRASÍLIA, 3 de outubro de 2024.

(assinado digitalmente)

Diretor(a) de Secretaria da 14ª Vara Federal Cível da SJDF

